



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

COLÉGIO DE DIRIGENTES

Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES

27 3227-5564 – 3235-1741 – ramal 2003

Ata da reunião ordinária do Colégio de Dirigentes do Ifes

11 de maio de 2015

No dia onze de maio de dois mil e quinze reuniu-se, o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do Espírito Santo, às dez horas, no Salão de Reuniões da Reitoria, sob presidência do Reitor Denio Rebello Arantes com a presença dos seguintes membros: da Pró-Reitoria de Administração, sr. Lezi José Ferreira; da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, sr. Ademar Manoel Stange; da Pró-reitoria de Ensino, sra. Araceli Verônica Flores Nardy Ribeiro; da Diretoria do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância, sra. Vanessa Battestin Nunes; da Diretoria Executiva, sr. Mauro Silva Piazzarollo; do campus Alegre, sra. Maria Valdete Santos Tannure; do campus Aracruz, sr. Hermes Vazzoler Júnior; do campus Cachoeiro de Itapemirim, sr. Carlos Cezar de Oliveira Bettero; do campus Centro-Serrano, Adriana Piontkovsky Barcellos; do campus Colatina, sr. Luiz Braz Galon; do campus Guarapari, sr. Ronaldo Neves Cruz; do campus Ibatiba, sr. Flávio Eymard da Rocha Pena; do campus Itapina, sr. Anderson Mathias Holtz; do campus Linhares, sr. Antônio de Freitas; do campus Montanha, sr. André dos Santos Sampaio; do campus Nova Venécia, sr. Welliton de Resende Zani Carvalho; do campus Santa Teresa, sr. Moacyr Antônio Serafini; do campus São Mateus, sr. Mário César dos Santos Júnior; do campus Serra, sr. José Geraldo Neves Orlandi; do campus Venda Nova do Imigrante, sr. Aloísio Carnielli; do campus Viana, sra. Edna dos Reis; do campus Vila Velha, sra. Denise Rocco de Sena; do campus Vitória, sr. Ricardo Paiva. O Presidente a reunião e faz a leitura da minuta da pauta, com os seguintes pontos: **1. Informes; 2. Apreciação do Regimento do Conselho de Gestão do campus Barra de São Francisco; 3. Validade das carteiras estudantis; 4. Apreciação PPC para cursos pró-funcionários (Técnico em Alimentação Escolar; Infraestrutura Escolar; Multimídia Didáticos; Secretaria Escolar); 5. Apreciação Proposta de Minuta – Estágio Pós-doutorado; 6. Informações sobre concursos públicos; 7. Dinters Unicamp e Ufrj: planejamento e apresentação de planilhas de custos.** Após leitura, o Presidente passa a palavra para o diretor de ensino técnico, sr. José Pilon, que relata problemas encontrados nos novos processos de seleção de alunos. Destaca que pessoas que participaram dos últimos processos e que não estão nas comissões atuais se recusam a contribuir, apontando que a solução para esse problema foi a constituição de uma comissão central. Informa que buscou-se uma solução junto ao Cefet-mg para a realização do certame, mas o valor de 600 mil reais

tornou essa possibilidade impraticável. Relata que, na segunda-feira passada, a comissão geral, a partir da contribuição das comissões dos campi, finalizou o edital. Relata alguns problemas ocorridos, principalmente com o campus Vitória, dentre eles: a não permissão de impressão das provas e a defesa de um edital separado dos demais campi. Comunica que o edital publicado ontem não contempla as ofertas do campus Vitória, assim, a solução, para o momento, foi a elaboração de dois editais. Relata outros problemas, dentre eles, a baixa procura para cursos de alguns campi, situação definida como muito preocupante. Enfatiza a necessidade da instituição se unir para que se possa preencher essas vagas ociosas, sugerindo uma maior e melhor divulgação dos processos seletivos. O diretor-geral Aloísio Carnielli expressa sua contrariedade para com a publicação de dois editais, solicitando que esse fato não se repita. O diretor-geral Ricardo Paiva relata que, aparentemente, os problemas parecem ter como causa o campus Vitória, no entanto, afirma que foi identificado que o período, entre a realização do processo seletivo e a matrícula, fato que dificulta a concretização da matrícula, enfatizando a necessidade de um período menor entre essas atividades. Cita como exemplo o Proeja que tinha problemas de seleção, pois, em alguns casos, alunos que iam ser matriculados já cursavam faculdade, desta forma, o campus Vitória realizou processos seletivos diferentes e hoje colhe bons resultados. Destaca que o Proeja tem que ser diferenciado para o campus Vitória, pois, nesse caso, um processo em conjunto seria um retrocesso, justificando-se nos resultados positivos conseguidos pelo campus. Esclarece que a impossibilidade de se imprimir as provas no campus Vitória é por causa da segurança, pois há só dois vigilantes, e além do mais a empresa contratada não tem interesse em manter outra copiadora, restando somente uma copiadora de porte para os materiais do campus, assim, se ela for utilizada para a impressão de provas, o campus, literalmente, para. O diretor-geral Ronaldo relata que o processo seletivo no início do ano é um sucesso, pois a demanda é grande, diferentemente do realizado no meio do ano, uma vez que as modalidades oferecidas são de menor demanda, acrescentando que, esse período, os candidatos já definiram o que fazer durante o ano. Enfatiza a necessidade institucional de criar mecanismos que proporcionem uma melhor divulgação dos processos de cada campus. O Presidente ressalta a necessidade do candidato que teve o pedido de isenção indeferido, possa efetuar sua inscrição de outra forma. O diretor-geral Ronaldo sugere aumentar o período de inscrição. A pró-reitora Araceli rechaça tal proposta, pois a forma de se conduzir os processos institucionais vai mudar, destacando a criação de novas metodologias. Relata que o Ifes tem que buscar o aluno, por meio de divulgação, ação que os campi do interior fazem muito bem. O Presidente esclarece a existência de um edital para contratar uma agência responsável por elaborar toda a parte de mídia e divulgação do processo seletivo, mas, infelizmente, nesse ano, não havia recursos para esse fim. Manifesta-se contrário a um processo seletivo diferente, enfatizando que todos os processos, à exceção dos Eja, devem ser realizados em conjunto, para que assim a instituição tenha um calendário unificado. Reconhece que o período entre a data da prova e a efetivação da matrícula é longo e constitui-se como um grande problema, sugerindo a realização de uma pré-matrícula que

garantiria o preenchimento das ofertas de vagas. A diretora-geral Denise relata que o prazo para esse processo seletivo está muito curto. O diretor de ensino técnico, José Pilon, informa que o prazo foi o máximo que se pode fazer. O diretor executivo, Mauro Piazzallo, relata uma experiência realizada no campus Linhares, pela qual as matrículas dos alunos foi realizada logo após a realização das provas, enfatizando que o “pré-aluno” participava de algumas atividades no campus, mas as aulas ainda não tinham começado. O dirigente Ricardo considera a proposta interessante, mas esclarece a inviabilidade desta para o campus Vitória, vide os problemas de espaço causados pelo crescimento desordenado. O diretor José Pilon ressalta que o problema do campus Vitória é um problema de toda a instituição, destacando a necessidade de se criar meios de efetuar a matrícula do aluno, ou propor alternativas, como as disciplinas virtuais. O Presidente concorda com o diretor Pilon, enfatizando que o campus Vitória é parte do conjunto de solução. Ao ser questionado pelo pró-reitor Márcio Có, o diretor Pilon informa que a data da prova do Proeja no campus Vitória será dia 2 de agosto, acrescentando que outras datas serão definidas na reunião de hoje à tarde. A Pró-reitora Araceli destaca que, além dos problemas de editais separados, deve se levar em conta o custo com a elaboração de cada edital, por volta de 13 mil reais. Informa que, em relação ao Proeja, serão realizadas, a partir de junho, reuniões nos campi, com o intuito de refazer os projetos pedagógicos dos cursos e do Proeja. Divulga que a partir da presente data, em virtude do fim da jornada de trabalho flexibilizada para os servidores da Proen, essa Pró-reitoria funcionará de 8 as 17 horas. O Presidente abre o tópico organograma e passa a palavra para o diretor-geral Ricardo que relata que algumas das atribuições descritas no regimento interno não estão em conformidade com aquelas definidas no organograma. O Pró-reitor Ademar Stange esclarece que a proposta do organograma teve como base os regimentos internos e algumas propostas, definindo-as como uma tentativa de unificar as ações. Coloca-se à disposição para esclarecimento de dúvidas e recebimento de sugestões, enfatizando que somente um conjunto de atribuições não será responsável pelo melhoramento da instituição. Ao ser questionado pelo diretor Mário, esclarece que o dia 28 é o prazo final para o envio de proposta, sem possibilidade de prorrogação visto que o organograma foi aprovado em 28 de novembro, acrescentando que haverá uma reunião do Colégio de Dirigentes em junho com o intuito de compatibilizar as propostas. A diretora Valdete questiona se, a partir de um organograma geral, haverá um organograma específico para cada campus. O Presidente reconhece que as diferenças entres os campi são um problema, explicando que as pessoas que executam uma atividade de uma maneira não querem mudá-la, mesmo que a proposta apresentada seja mais eficiente. Admite que essas situações são frutos de uma cultura existente na instituição, enfatizando que raramente há sentido nesses atos. Destaca a vontade institucional de se padronizar os processos, resguardando as particularidades de cada campi, e acrescenta que cada campi terá seu próprio regimento que será um reflexo do regimento geral. O diretor-geral Mário reconhece que um regimento interno unificado que respeite as particularidades de cada campi é um grande avanço. O Presidente ressalta que as exceções serão tratadas como tal, enfatizando

a necessidade de unificação institucional, pela qual todas as exceções deverão se comprovadas, caso contrário, cada campi terá um regimento diferente do outro e no fim, a proposta de unificação será nula. Ressalta que o ideal seria a elaboração de um regimento para toda a instituição, mas por causas das particularidades de cada campus, essa tarefa é impossível. O diretor-geral Wellington relata que as atribuições apresentadas na minuta não correspondem aquelas que estão descritas no organograma e que por isso, já se percebe a manifestação de alguns fóruns. Informa que o ideal é que a discussão sobre o organograma também contemple as atribuições, caso contrário, haverá problemas. Acrescenta a impossibilidade de se finalizar a proposta em vinte dias e reconhece que o trabalho realizado pelo campus Vitória se difere daquele realizado nos demais campi. O Pró-reitor Renato Tannure relata que o Fiec pediu informações sobre as propostas de regimento, solicitando o envio de um relatório sobre as propostas. O Presidente relata que esse assunto é muito complexo, enfatizando que a instituição irá receber contribuições, analisá-las e apresentar uma definição, esclarecendo que se deve ter o devido cuidado nas análises, visto que cada contribuição atuará, basicamente, na particularidade de seu campus, ignorando e ou desconhecendo a instituição como um todo. Informa que haverá retorno aos questionamentos dos fóruns. O Pró-reitor Ademar Stange exemplifica a elaboração da proposta, a partir da definição de um conjunto de atribuições para cada unidade organizacional. O Presidente enfatiza que, durante o seminário de gestão, eram recorrentes os questionamentos sobre a necessidade de padronização dos processos institucionais. O diretor-geral Ronaldo informa que há uma divergência entre o que foi proposto pelo campus Guarapari e o que está descrito no organograma. A Pró-reitora Araceli solicita aos que, tal qual o dirigente Ronaldo, encontraram divergências entre a proposta do campus e o texto final, informem à comissão para que seja providenciada a adequação. A diretora-geral Denise relata que as divergências encontradas foram encaminhadas à servidora Moramey, mas que não houve qualquer adequação, situação que gerou implicações no campus Vila Velha. O Presidente sugere a data de 15 maio de o envio das propostas e o Colégio de Dirigentes concorda com a proposta. O Presidente solicita permissão para alterar a ordem dos itens e, após anuência dos presentes, abre o **item 5** e passa a palavra para o Pró-reitor Márcio Có que relata que a proposta tem o objetivo de formalizar o vínculo do estagiário, destacando, a seguir, os principais pontos da minuta. O Colégio de Dirigentes, sem ressalvas, manifesta-se favorável à proposta de Minuta de Estágio Pós-doutorado. O Presidente abre o **item 7** e passa a palavra para o Pró-reitor Márcio Có que apresenta as planilhas de detalhamento de custos dos programas Dinter com a Unicamp e com a UFRJ. Relata que o Dinter com a UFRJ é na área de Educação e Saúde e que serão oferecidas 10 vagas, enfatizando que esse programa não terá o apoio da Capes. A seguir relata que o Dinter com a Unicamp é em Engenharia Mecânica e que serão oferecidas 25 vagas no campus Aracruz. Relata a previsão de se iniciar no segundo semestre de 2015 o Dinter em Educação e Saúde; e 2016, para o Engenharia Mecânica, ressaltando que da forma que os processos estão sendo conduzidos é mais provável que ambos os cursos se iniciem, somente, em 2016. Alguns

diretores demonstraram preocupação com o orçamento dos *Campi*. Desta forma, definiu-se como prazo final o dia 15 de maio de 2015 para que o Colégio de Dirigentes se manifeste acerca das propostas de Dinter. O Presidente abre o **item 3** e passa a palavra para a Pró-reitora Araceli que relata que a cada seis meses o Instituto Federal do Espírito Santo tem que fazer selos para prorrogar a validade das carteiras estudantis, esclarecendo que, quando o aluno não consegue se formar, ele leva a carteira para o CRA para a troca dos selos. Relata que essa atividade demanda custos para a aquisição de selos e a disponibilização de um servidor para a realização das trocas. Acrescenta que o Cepe propõe que a validade da seja o período de formação do curso, enfatizando que, caso o aluno não conclua o curso no período regulamentar, haverá a possibilidade de solicitar a prorrogação no CRA. E esclarece que, caso o aluno se desligue da instituição, não haverá maiores problemas vide a validade pré-determinada. A Pró-reitora, motivada pela pergunta do diretor-geral Wellinton, informa que não há um período determinado pela legislação para a validade das carteiras estudantis. O Colégio de Dirigentes, por unanimidade, manifesta-se favorável que a carteira estudantil tenha como a validade o período de formação do curso. O Presidente abre o **item 4** e passa a palavra para a Pró-reitora Araceli que relata que os cursos pró-funcionários são cursos técnicos destinados a servidores que não são docentes das redes municipais e estadual de ensino. Enfatiza que a iniciativa tem como objetivo a formação desses funcionários em habilitação compatível com a atividade exercida na escola para, com isso, estimular o seu desenvolvimento profissional e aprimoramento no campo do trabalho, propiciando que o funcionário se enxergue também como educador, mesmo que não-formal, no ambiente escolar. Informa que o programa está sendo implementado em todo o País e os cursos devem ser ofertados, preferencialmente, pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e que o levantamento de demanda e a implementação do programa é realizado em parceria com as secretarias municipais e estadual de Educação e com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo – Sindiupes. Acrescenta que serão oferecidos no Ifes 150 vagas para os cursos de Infraestrutura Escolar; Alimentação Escolar; Secretaria Escolar e Multimeios Didáticos, e que as aulas serão na modalidade a distância, com encontros presenciais. Relata que os cursos fazem parte do eixo tecnológico de Apoio Educacional e que vêm com matriz curricular pré-estabelecida pelo Mec, divulgando a intenção de iniciá-los segundo semestre de 2015, caso haja recursos do Pronatec. Esclarece que o ofertante é o Cefor e que os pólos são os campi: Vitória, Vila Velha, Nova Venécia e Montanha. O Colégio de Dirigentes, sem ressalvas, manifesta-se favorável a oferta dos cursos pró-funcionários. O Presidente abre o **item 2** e passa a palavra para o diretor-geral Jean Rubyo que relata que a proposta de regimento do conselho de gestão do campus Barra de São Francisco já foi enviado previamente aos dirigentes, destacando que teve por modelo o regimento do campus Montanha. O Presidente informa que há uma comissão, no Colégio de Dirigentes, responsável por analisar as propostas de regimento de conselho de administração. Assim, o Colégio de Dirigentes, solicita que o diretor-geral Jean Rubyo encaminhe a proposta de minuta para o diretor-geral Hermes que analisará a proposta, e

caso não haja problemas, ela será encaminhada ao Conselho Superior. O Presidente abre o **item 6** e anuncia o acordo definido na reunião do Colégio de Dirigentes do dia 4 de maio de 2015, segundo o qual deve-se considerar para a divisão das vagas para professores: 1- o modelo do Instituto Federal do Espírito Santo, definido na reunião do Colégio de Dirigentes do dia 2 de dezembro de 2013; 2- o RAP como fator de modalidade; 3 - reserva para professores substitutos, considerando o percentual do banco para professores substitutos, cujo valor máximo é de 20 por cento da quantidade de docentes, enfatizando que a porcentagem média do Ifes, nesses casos, é em torno de 7 por cento; 4 – alocação prioritária de professores para os campi novos. Informa que algumas vagas serão destinadas ao quadro de reservas para suprir emergências institucionais, divulgando a proposta do pró-reitor Ademar de destinar uma vaga de emergência por campus. O diretor Carnielli relata que, na última distribuição de vagas, estas foram definidas considerando o quantitativo máximo para cada campus, destacando que esses números, baseados no quantitativo atual de professores e o modelo Ifes, foram retirados do Simec. Relata que, baseado nesses números, o campus Venda Nova do Imigrante deveria ter 50 vagas; no entanto, tem 49 vagas, destacando a necessidade de corrigir essa defasagem, uma vez que a vaga do campus Venda Nova do Imigrante foi destinada a outro campus. O pró-reitor Ademar Stange relewa que essas dados foram retirados do banco de 11/11/2013, e que possivelmente, não foi atualizado, explicando que as vagas anteriores ao banco não correspondiam à realidade, pois não havia código de vagas. Após exposição das planilhas pelo pró-reitor Ademar Stange, o diretor-geral Welliton divulga que os dados expostos não correspondem ao número atual de alunos do campus Nova Venécia, apontando ser esse o motivo do RAP baixo. O pró-reitor Ademar informa que esses dados tiveram com fonte o Sistec. O Presidente informa que, possivelmente, esse quantitativo não corresponde a entrada de alunos do ano 2015. O diretor Mauro aponta que a diferença dos dados correspondem ao ensino técnico. O pró-reitor Ademar relata que, por causa do ensino integrado, o RAP é maior, apontando que, no caso da educação a distância, acontece o inverso. O diretor-geral Luiz Braz relata que os números baseados no quantitativo de alunos no meio do ano não correspondem a realidade. O Presidente esclarece que a planilha apresentada utiliza o mesmo critério utilizado pela Setec, explicando que o Fator de Modalidade, a exceção da educação a distância, será a carga horária do curso dividido por 800; no caso da EAD o fator é 0,25. Ao ser questionado pelo diretor-geral Ronaldo, o Presidente informa que o fator 0,25 para EAD é definido pelo MEC, enfatizando a intenção do ministério em diminuir ainda mais o fator. O diretor-geral Ronaldo não concordo com a posição do MEC, pois, segundo ele, a EAD exige mais esforços institucionais que o ensino presencial. O pró-reitor Renato Tannure esclarece que, no caso do custeio, essa proporção menor para a EAD é justificada, visto que os cursos dessa modalidade não utilizam a estrutura física da instituição. O pró-reitor Ademar Stange adianta que, tendo como base uma prévia construída pela Setec, o fator de curso será 1 e 1.6, enfatizando que não há uma comunicação oficial sobre o tema. Os dirigentes analisam a proposta de distribuição de vagas novas para docentes, tendo como subsídio, a planilha que discrimina a quantidade de vagas

alocadas e as de vagas para reservas técnicas. A diretora-geral Edna dos Reis relata que o quantitativo de vagas não supre a demanda de professores para os cursos novos, vide o caso do campus Viana que precisa de vários perfis de professores. Ao ser questionado pela diretora-geral Valdete, o Presidente informa que a reserva não contempla vagas antigas, somente as novas. A diretora-geral Valdente enfatiza a impossibilidade de se iniciar as atividades do curso Treinador de Cães-guia somente com o quantitativo de vagas destinadas ao campus Alegre. O diretor-geral Ronaldo questiona a existência de amparo legal para o professor multi-campi. O diretor Mauro esclarece que a comissão de concurso está trabalhando nesse sentido. O diretor-geral Ronaldo destaca que, vide a necessidade de se definir o quantitativo de vagas, essa informação já deveria estar disponível. O diretor-geral Welliton relata que um professor lecionou, durante um semestre, em dois campi distantes 120 km, por causa de uma remoção; destacando que quando o interesse é do servidor é fácil um ajuste, caso contrário, uma série de gargalos e impedimentos vão aparecer, tais como, deslocamento, diária, passagem, etc. Destaca que a proposta de professor multi-campi precisa de maturação, ou seja, uma reunião somente para esse fim, enfatizando que o tema de hoje é a realidade de cada campus. O Presidente esclarece que quando a distância não é grande, por exemplo, Itapina-Colatina ou os institutos da Grande Vitória, é muito provável a contratação do professor multi-campi, mas, no caso de uma distância como a descrita pelo diretor Welliton, seria impossível. Destaca que o Ifes não tomará nenhuma decisão sem o devido amparo legal, enfatizando que o professor multi-campi seria uma solução adequada tal seria a substituição de uma vaga de 40 horas por duas vagas de 20 horas caso houvesse códigos de vagas na instituição. A diretora de ensino do campus Alegre destaca que o curso Treinador de Cães-guia já deveria ter iniciado no primeiro semestre de 2015, mas que a partir de uma solicitação do campus foi possível o adiamento para o segundo semestre, enfatizando que a Setec não permitirá um segundo adiamento. O Presidente explica os dados da planilha, enquanto as discussões prosseguem. O diretor-geral André Sampaio sugere que cada diretor-geral defenda o quantitativo de vagas solicitado, tal qual foi definido na última reunião. O diretor-geral Anderson conclui que, da forma que a reunião está sendo conduzida, não será possível chegar a uma solução; propõe, em seguida, que os diretores analisem os dados e os encaminhem a Prodi para que ela decida o quantitativo de cada campus, justificando tal proposta na impossibilidade de defender em 5 minutos todos os fatos destacados pela equipe do campus Itapina em uma reunião de duas horas. O Presidente, quando solicitado a justificar as vagas distribuídas na planilha, destaca a impossibilidade de fazê-lo, visto que não haveria tempo hábil para isso, nem mesmo em 4 reuniões. O diretor Anderson defende que a proposta de distribuição de vagas seja construída com base nos critérios previamente definidos. O diretor-geral José Orlandi sugere que cada campus faça os pedidos correspondentes às suas necessidades, logo a seguir, faria uma rodada de algoritmo mantendo as proporcionalidades, e finalmente, um ajuste. O Presidente sugere que critério considere o afastamento do modelo Ifes e depois, o RAP, desta forma, o RAP bom ganharia uma vaga e, a partir dessa referência, chegar-se-ia a um valor intermediário. O diretor-geral

Antônio de Freitas esclarece que, nesse caso, os campi que vão implementar cursos superiores, cujos RAP's são baixo, serão penalizados. O Presidente concorda, hierarquizando, em seguida, os critérios de distribuição, ou seja: modelo original (diferença entre o proposto e o real), RAP, e depois outros critérios. O pró-reitor Renato Tannure enfatiza a necessidade de se considerar os gargalos, pois as vagas não estão ligadas ao perfil, visto que este é que define a necessidade da vaga. A diretora-geral Cláudia da Silva Ferreira relata que entre um concurso e outro, as turmas e a quantidade de alunos vão aumentando, destacando que o campus Piúma realizou o devido planejamento, só que não recebeu os professores prometidos. Demonstra sua preocupação com casos de carga horária estourada e áreas que não possuem professor, e está aberta a sugestão para solucionar os problemas com os cursos em andamento que não possuem professores suficientes para suprir a carga horária. Enfatiza que com mais quatro professores seria possível o campus ofertasse o dobro de turmas, ressaltando a postergação em ofertar disciplinas de engenharia em virtude da falta de professores. O diretor-geral Moacyr destaca que a solicitação de vagas está baseada em um planejamento de cinco anos, destacando que elas, simplesmente, suprem as necessidades emergenciais do campus Santa Teresa. Relata que três cursos superiores, cujos conceitos são 4, não possuem o quantitativo de professores suficientes, esclarecendo que, em decorrência desta situação, o CREA-ES reprova o curso. Destaca que um curso novo pode começar com pouco alunos, não sendo urgente contratar, de imediato, todos os professores. O diretor-geral Ronaldo relata que o maior problema é o governo federal, destacando a impossibilidade de se cumprir um planejamento quando o que é acordado, quantitativo de professores, técnicos e funções gratificadas, nunca é cumprido pela instância superior. Destaca que há uma meta a se alcançar, mas não se sabe quando os recursos destinados a subsidiar a meta serão disponibilizados, exemplificando cursos de Guarapari que estão prontos, mas não foram ofertados em virtude dessa realidade. O pró-reitor Ademar relata que conversou individualmente com todos os diretores-gerais, esclarecendo que, em momento algum, garantiu que a totalidade de vagas pedidas seriam atendidas. Destaca que alguns campi tem uma necessidade maior, dentre eles, Itapina, Guarapari, Alegre, logo após, Viana, que por possuir somente 9 vagas professores não é possível implementar um curso integrado. Enfatiza que somente a justificativa do campus Vila Velha possui 7 páginas. O diretor-geral Carlos César Bettero relata que as vagas determinadas pelo último concurso foram definidas por perfil que nos deu subsídio para definir as novas vagas. O Presidente propõe fazer uma aproximação, considerando a justificativa de cada campus, acrescentando que cada campi divulgará seu planejamento, possibilitando o acesso de todos, para que assim, na próxima reunião, não seja necessário uma nova discussão, uma vez que serão obedecidas essas prioridades. Informa que o quantitativo de vagas do modelo Setec difere em torno de 15 por cento para menos do modelo do Ifes, enfatizando que a liberação de vagas não depende somente da secretaria, mas também do Mec e do MPOG. Esclarece que a cada solicitação de vagas, a Setec contra argumenta com os dados do Sistec, destacando a dificuldade de explicar porque, a partir do recebimento de 160 vagas de professores, o Ifes

tem menos alunos do que antes da liberação das vagas. Destaca a imprescindibilidade de se realizar um planejamento de longo prazo que contemple disciplinas, carga horária, eliminando os ajustes e que alguns professores tenham carga horária baixa e outros, alta. O Presidente sugere uma proposta intermediária, pela qual 5 dirigentes escolhidos pelo Colégio, elaborariam a distribuição de vagas. Diversas posições contrárias à proposta são apresentadas. O diretor-geral Lodovico, em anuência com o diretor-geral Anderson, destaca que se o Colégio de Dirigentes não partir do princípio de confiança mútua, não se chegará a lugar algum. A diretora-geral Denise destaca a impossibilidade, na data de hoje, do Colégio de Dirigentes chegar a um consenso. O diretor Mauro solicita que os dirigentes compreendam que quando há vagas para atender a todas as necessidades, a distribuição é relativamente simples, quando há o contrário, como na atual circunstância, as coisas são muito mais complexas e exigem calma e consciência que, possivelmente, as demandas não serão atendidas, posicionando-se contrário a uma equipe fazer outra proposta de distribuição. O Presidente, considerando o erro no quantitativo de alunos, apontado pelo diretor-geral Weliton, solicita que todos dirigentes confirmem os dados apresentados na planilha para que se possa corrigir possíveis os desvios. O diretor-geral Flávio relata que as vagas solicitadas não serão utilizadas para cursos novos a serem implementados no ano que vem, destacando que as vagas disponibilizadas não suprem nem a metade da necessidade do campus Ibatiba. O Presidente relata a possibilidade de se elaborar uma definição, ressaltando que impossibilidade de não contemplar o campus Viana, para logo a seguir, concordar em estabelecer como a prioridade os cursos em andamento. A diretora-geral Edna relata que a proposta do campus Viana é diferente dos demais, destacando que o número de professores, isto é, 5, é insuficiente para as demandas, visto que, no planejamento realizado, definiu-se o quantitativo de 20 vagas. Enfatiza a impossibilidade de se abrir um campus que não possui o número suficiente de professores, destacando a prioridade do curso integrado, vide a variedade de perfis característica dessa modalidade. O diretor-geral Hermes enfatiza a necessidade de compromisso institucional, nesse caso, deve-se acertar a situação do curso Técnico de Treinador de Cães-guia e dos novos campi, para depois, focar em problemas, como a ausência de professores de cursos que estão em andamento, destacando que o campus Aracruz precisa de um maior equilíbrio, isto é, verificar se uma maior quantidade de alunos não vai estourar a carga horária docente. Ressalta que não é difícil fazer a distribuição de vagas, desde que se tenha critério. O Presidente destaca que as justificativas das emergenciais não foram apresentadas, acrescentando que elas, na maioria das vezes, são muito genéricas, enfatizando a necessidade de se identificar quais são, realmente, as emergências. O diretor-geral Jean relata que o Ifes tem que saber o que quer de cada campus, destacando que o campus Barra de São Francisco possui 10 professores, e que a falta de um curso integrado se deve a falta de espaço e de professores, destacando que o quantitativo atual de professores será responsável por 4 turmas e que a área onde se localiza o campus, com cerca de 200 mil habitantes, é ideal para se ofertar um curso dessa modalidade. O Presidente informa que os campi que apresentaram problemas na quantidade

de alunos, devem enviar os dados reais para o pró-reitor de Administração, sr. Lezi, ainda hoje. Solicita, a partir das sugestões apresentadas, que os dirigentes encaminhem para o Reitor as justificativas para os pedidos de vaga, destacando que a emergência deve estar separada da argumentação, lembrando que os critérios definidos foram: RAP e emergência. Com a anuência de todos, o Presidente divulga que, na próxima reunião do Colégio de Dirigentes, isto é, sexta-feira, dia 15.05.2015 o assunto será retomado e decidido. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradece a presença de todos e declara a reunião encerrada. Eu, Alessandro Gonçalves de Assis, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes.